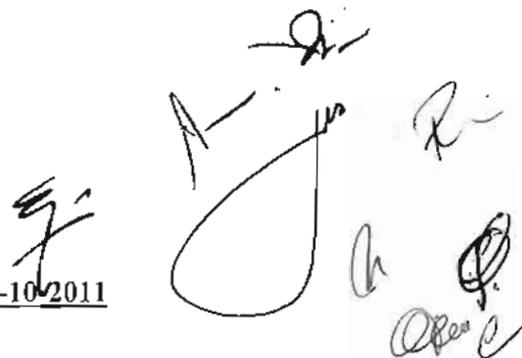


ACTA N.º 21

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14-10-2011



Aos catorze dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no edifício dos Paços do Concelho, sob a direcção do Sr. Presidente Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e com a presença dos Srs. Vereadores Dr.ª Maria da Luz Nolasco Cardoso, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Dr.ª Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Dr. José da Cruz Costa, Dr. João Francisco Carvalho Sousa e Dr.ª Helena Maria de Oliveira Dias Libório.

Pelas 18:45, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

O Sr. Vereador Dr. Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes faltou à reunião, não tendo apresentado qualquer justificação.

APROVAÇÃO DAS ACTAS

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 20.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

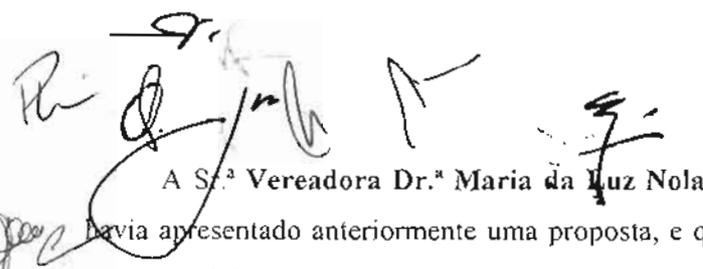
O Sr. Presidente deu início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

CÂMARA MUNICIPAL

A Dr.ª Ana Neves solicitou que o Projecto de Requalificação do Alboi e do Largo José Rabumba fosse analisado após os outros para aguardarem a chegada do Sr. Vereador Dr. Miguel Soares Fernandes, o que não aconteceu até ao final da reunião. Também lembrou que havia uma proposta sobre o assunto a ser apresentada pelo Dr. Miguel Fernandes.

O Sr. Presidente, consultando os demais membros da reunião e considerando estarem presentes técnicos da CMA, nomeadamente o Eng.º Higinio Póvoa, a Arq. Emília Lima e o Arq. João Ferreira, declinou a sugestão de mudar a ordem dos trabalhos e solicitou que os referidos técnicos apresentassem a proposta resultante da conciliação entre a proposta inicial da CMA e a proposta de alteração apresentada pelo PS. Referiu, também, que a proposta do Dr. Miguel Fernandes não fora até então formalmente apresentada, uma vez que faltavam desenhos e outras peças, e que, tão logo o fosse, seria agendada e discutida numa próxima reunião.

Após a apresentação, pela equipa técnica da CMA, do estudo que conciliou as soluções para atender às sugestões apresentadas, durante a qual se deu prolongado debate sobre as alterações analisadas e propostas, o Sr. Presidente agradeceu e solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem, para passar à votação.

  
A S.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz Nolasco referiu que, em conjunto com o Dr. Miguel Fernandes, havia apresentado anteriormente uma proposta, e que, nesta altura, com a reformulação havida, entende que a equipa está de parabéns pelas soluções apresentadas, nomeadamente a passagem dos autocarros, que ficou agora ultrapassada, e relativamente à anterior redução da área verde verifica-se agora um aumento, assim como quanto à área de estacionamento, que contempla maior espaço, sem prejudicar os moradores.

O Sr. Vereador Dr. José Costa disse congratular-se com a nova proposta, porque pode verificar que esta responde aos anseios dos moradores e que é uma proposta muito melhorada, praticamente sem alteração de custos.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira disse que era um assunto que necessitava do maior consenso possível, para que se desenvolvesse o quanto antes, pelo que também se congratulou pelas soluções apresentadas, apesar de considerar 2 pontos menos favoráveis. Entende que as alterações na parte central retiram direitos aos moradores, que julgava assegurados anteriormente, e que permitiriam melhor qualidade de vida, no que toca ao trânsito. É de opinião que se está a criar um ponto negro com a colocação de semáforos. Fora isso, disse ter ficado satisfeito com o consenso.

O Sr. Vereador Eng.<sup>o</sup> Carlos Santos reiterou as palavras do Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira e tendo em consideração que se trata de um importante processo julgava que, embora não fosse a solução ideal foi a solução encontrada pelo consenso, que atendeu às alterações propostas.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa manifestou agrado pela solução encontrada, frisando ser este um projecto integrado desenvolvido pela maioria que governa a CMA. Lembrou que a intenção do PS não foi a de alterar o projecto, mas tão só de melhorá-lo, respondendo a problemas pontuais, nomeadamente preocupações com a passagem de autocarros pelo meio do jardim, ladeada por áreas de lazer, onde convivem crianças. Entendeu que com a solução encontrada, todos ficaram a ganhar, quer a CMA quer a oposição, e ressalta que com diálogo se resolveu um problema que se tinha arrastado durante tempo demasiado.

Após as intervenções dos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente perguntou aos presentes se a proposta reunia consenso para ser aprovada, tendo a Sra. Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves apresentado reservas. Por isso, ficou acertado que a proposta seria votada, e que constasse em acta, *de forma consensualizada, com a reserva da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Ana Neves.*

Assim, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente, dos Senhores Vereadores Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz Nolasco, Eng.<sup>o</sup> Carlos Santos, Dr. Pedro Ferreira, Dr. José Costa, Dr. João Sousa, e Dr.<sup>a</sup> Helena Libório e a abstenção da Dr.<sup>a</sup> Ana Neves, aprovar as alterações ao projecto inicial de Requalificação do Alboi e do Largo José Rabumba, as quais se consubstanciam nas plantas apresentadas pelos técnicos e postas à aprovação, fazendo parte integrante da presente acta.

### EMPRESAS MUNICIPAIS

O Sr. Presidente solicitou que os dois pontos fossem analisados em conjunto, o que foi aceite pelos presentes, dando-se início aos debates.

O Sr. Vereador Dr. José Costa disse que agendaram os 2 pontos em conjunto por entenderem não ser possível dissociar a gestão estratégica da Moveaveiro, da política de mobilidade para o Município. No entanto, como os estudos não foram disponibilizados devido a problemas ocorridos com a empresa que os está a elaborar, prevendo-se que os relatórios parciais estejam disponíveis em finais de Outubro, por razões justificadas pela CMA, a análise que os Vereadores do PS gostariam de fazer, visando a apresentação de contributos, fica muito condicionada.

Relativamente à estratégia de gestão da Moveaveiro, disse que a única documentação que foi disponibilizada, foram as actas do Conselho de Administração, o que é manifestamente insuficiente. Da leitura das actas, verifica-se que em a cada reunião em que se debate um estacionamento em particular não há uma palavra sobre os objectivos, e a estratégia que o integra. Sem dúvida que as reuniões deveriam ser mais profundas. Verificou, também, que se mencionam a necessidade de fazer estudos sobre os parques da Savecol e do Oita, o que considera correcto e necessário. Porém não se dispõe de qualquer informação sobre a sua realização. Verifica-se, também, que os parquímetros são objecto de preocupação especial, particularmente, no que diz respeito à sua operacionalidade. Em síntese, disse que não se depreende dessas actas a estratégia de gestão da Moveaveiro.

Reforçou a posição do PS no sentido de que os conselhos de administração das diversas empresas municipais deveriam ter uma perspectiva de grupo, pois quando, por exemplo, uma delas tivesse necessidade de admitir pessoas, dever-se-ia verificar nas outras a existência ou não de pessoal capaz e disponível, antes de recorrer a candidatos externos.

Ainda, quanto aos parquímetros, e associando a isto a emissão dos cartões de residente, sugeriu que a CMA apoiasse a sua gestão no sentido de disciplinar a questão, especialmente a necessidade de distinguir os residentes de edifícios dotados de garagem por imposição de instrumentos de planeamento dos residentes em edifícios que não submetidos a essa imposição, situação que dificilmente poderá ser confirmada pela juntas de freguesia por não ter acesso aos Processos de Obras..

O Sr. Vereador Dr. João Sousa constatou a posição liberal da maioria que governa a CMA, que assume uma clara posição de cedência das diversas áreas de exploração da Moveaveiro como solução para a resolução dos problemas de mobilidade do concelho de Aveiro. Observou não ser esse o entendimento do PS sobre a problemática da mobilidade municipal, apostando numa gestão integrada da Moveaveiro participada pela CMA, tendo como meta a rentabilização da empresa, que acham viável e promotora da resolução dos problemas de mobilidade dos aveirenses.

Quanto aos actos de gestão da Moveaveiro, que analisaram pela leitura das actas do seu Conselho de Administração, detectou a não existência de uma perspectiva estratégica de gestão. Não detectou análises aprofundadas sobre as diversas áreas de negócio, tendo constatado ser preocupação essencial do Conselho de Administração a rentabilização dos parquímetros, um problema secundário no seu entendimento quando o problema principal é os transportes urbanos.

Identificou igualmente a não preocupação do Conselho de Administração com a minimização de custos, assim como detectou a não análise de indicadores de funcionamento, como número de passageiros transportados por zona ou evolução dos diversos consumos, que são análises normais numa empresa com a dimensão da Moveaveiro.

Sobre os parcómetros, questionou o porquê de alargar áreas de estacionamento pago para aumentar receitas, assim como se insurgiu com o facto de ter visto fiscais a aguardar, ao lado dos carros com talões de estacionamento a expirar, de que passe o período de tempo para poderem emitir a multa. Lembrou a sugestão anterior de diminuição do número de fiscais, pois estes poderiam otimizar as suas funções, deslocando-se aleatoriamente pelas diversas zonas de estacionamento em motocicletas eléctricas.

Disse reconhecer competência aos Srs. Vereadores para o exercício das suas funções na Moveaveiro, se o fizessem em regime de dedicação alargada. Contudo a actual conjuntura que o Município de Aveiro atravessa não lhes deixa tempo para o exercício de uma gestão criteriosa e proactiva. Deu como exemplo, o que considerava um erro de gestão, a compra do *ferryboat*, cujo processo teve um desenvolvimento incorrecto, como se depreende pela leitura das actas.

Disse acreditar que Moveaveiro tem os meios adequados para o desenvolvimento de uma adequada gestão que minimize os seus prejuízos, tendo citado como exemplo comparativo a gestão da EMA, pelo que aproveitou para dar os parabéns ao Vereador Dr. Pedro Ferreira, cuja gestão se evidenciou pela minimização dos prejuízos. Acreditava que o mesmo podia ser feito com a Moveaveiro, reforçando a análise anterior em que afirmava que a gestão da Moveaveiro estava a ser realizada através da implementação de medidas pontuais, casuísticas, não integradas numa estratégia pré determinada.

Igualmente alertou para a necessidade de nomear para Director Executivo da empresa um técnico conhecedor na área da mobilidade e dos transportes urbanos, que possa assessorar adequadamente o Conselho de Administração da Moveaveiro. Constatou que as medidas implementadas não têm vindo a conseguir minimizar os prejuízos dos últimos anos, que têm sido sistematicamente cobertos por transferências da CMA.

No seu entendimento uma gestão adequada de uma empresa municipal, não pode passar sistematicamente por gerir irresponsavelmente, sabendo que, quando as necessidades financeiras aparecerem, a tutela resolve.

Para concluir deu um exemplo de um inadequado acto de gestão, a transferência para as Juntas de Freguesia da responsabilidade pela emissão dos cartões de residente, que deveriam ter sido entregues à Moveaveiro, que assim obteria mais receitas. Constatou igualmente ser este um privilégio de algumas Juntas em detrimento das demais.

O Sr. Vereador Eng.º Carlos Santos disse que entendeu ter sido boa a iniciativa do tipo de reunião que estava a ocorrer e que para isso havia sido entregue alguma informação aos Srs. Vereadores, assim como alguns relatórios, e que sempre que os tivessem seriam partilhados. Foram disponibilizadas informações sobre a mobilidade, mas que não as tinha sobre a Way2Go. Sobre o cartão de residente, disse que estão a implantar com alguma cautela para ver se tudo funciona bem, e lembrou que a maior contestação que tem havido é pelos comerciantes, que não são residentes, para o que está a ser estudada uma solução e que em breve seria

apresentada a todos. Lembrou que o problema de quem tem ou não garagem não passa apenas por esse aspecto, mas pelo grande óbice com o qual se defrontam os proprietários de unidades em edifícios cujas garagens apresentam sérias dificuldades de mobilidade. Contrariou a afirmação de que as zonas de estacionamento são decididas sem haver estudos prévios.

A Sra. **Vereadora Dr.ª Maria da Luz Nolasco** referiu que também era para si uma área sensível e achava que se devia cada vez mais devolver a Cidade ao conforto de quem a usa. Lembrou que há cada vez mais cidades que praticam regras cada vez mais específicas, nomeadamente a de que os centros urbanos não devem ser povoados de autocarros, por substituição de um sistema de parques de estacionamento combinado com pequenos autocarros mais ecológicos, que transportam as pessoas dessas baias de estacionamento pago para os centros urbanos. Lembrou também que há cidades que não permitem a circulação de veículos em determinados horários ou que cobram taxas muito altas para permitir a entrada. Concordou que se estudasse o problema da concessão dos cartões de residente e sugeriu que aos comerciantes sejam atribuídas a condição de residentes temporários, em determinado período de tempo dos dias. Sugeriu a criação de um passe-base para estacionar, com um valor acessível.

O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira** também concordou que o tipo de reunião em curso era importante, permitindo a discussão de problemas de conteúdos administrativos, que se resolvem por decisões e acções políticas, tendo lembrado como importante o facto de que sempre defendeu a extinção das empresas municipais que foram criadas para a gestão de um equipamento específico. Lembrou que para o Estádio foi criada a EMA, para o Teatro, a TEMA, para o Parque de Exposições, a AveiroExpo. A MoveAveiro, por razões inversas a estas, foi criada para resolver 2 problemas, sendo um a Transria, que não podia existir, e o outro, para tirar os transportes dos Serviços Municipalizados. Disse que gosta do modelo de uma só entidade a gerir a mobilidade, mas que não sabia se fazia sentido ser de capital 100% público ou 100% privado. Entende que a MoveAveiro dificilmente terá sucesso em termos de gestão, por duas razões: Primeiro, porque a grande parte dos custos são os recursos, estimado em 62% para 2011, apesar de ter vindo a descer nos últimos anos. Disse que numa empresa de transporte não pode haver turnos de 7 horas, pois acrescenta mais de 1/3. No sector privado, trabalha-se em turnos de 8 horas + 4 para almoço, conforme acordo de categoria, o que permite existirem 2 turnos, enquanto que na Moveaveiro, para executar o mesmo trabalho, tem de haver 3 turnos, no mínimo. Segundo, porque a distância de algumas freguesias, em relação ao centro de Aveiro, ultrapassa os 10Km, servidos com carreiras municipais. Ao contrário de Ílhavo, que tem todas as freguesias num raio de 10Km e tem carreiras intermunicipais. Por isso, a AVA recebe subvenção do Estado e a Moveaveiro não. Na verdade, Aveiro não poderia ter transportes só para si, mas deveria ter intermunicipal, mas está inviabilizado de concretizar, já que os outros concelhos não têm concessões de transporte. Lembrou que o transporte escolar é sustentável, ao contrário do transporte comum, onde existem 8 carreiras, em que só 2 são sustentáveis. Apresentou ainda algumas razões, quanto a exigências de custos de pessoal, assim como quanto à existência desnecessária de algumas instalações, factores que ajudam a agravar os défices.

*Ri*  
*Q*  
*u*  
*7*  
O Sr. Vereador Dr. João Sousa disse compreender a realidade apresentada, tendo igualmente constatado a existência de um evidente problema de comunicação, para os munícipes e para os funcionários, pois se tais factos fossem divulgados evitar-se-iam algumas críticas, inclusive questionamentos apresentados em sede de Assembleia Municipal. Citou como exemplo a recente discussão sobre o aumento do tarifário da Moveria, o qual teria sido melhor compreendido se tivesse havido uma clara explicação sobre as razões que conduziram ao aumento das tarifas.

O Sr. Vereador Dr. José Costa disse que seria importante que se debatessem a questão das linhas que dão prejuízo, pois que disso poderiam surgir ideias alternativas para se encontrarem soluções. Acreditava que há uma questão crucial a ser resolvida na Moveaveiro, a da comunicação, pois apesar de achar absurdo que por uma diferença de 2 dias na data do pagamento dos salários os trabalhadores tenham feito uma greve, também acreditava que a existência de canais de comunicação com estes, a informar que o pagamento não poderia ser no dia 20 mas no dia 22, por razões compreensíveis de caixa, talvez tivesse evitado a sua realização. Sobre essa comunicação, sugeriu a adopção de 1 de 2 medidas, por exemplo: A mais radical, a inclusão como membro do Conselho de Administração de um trabalhador que representasse os demais; a menos radical, a instituição de uma comissão de trabalhadores que se reunisse mensalmente com a direcção da Moveaveiro. Qualquer uma delas permitiria discutir e buscar soluções, envolvendo os trabalhadores nas dificuldades.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira disse que nunca estiveram fechados ao diálogo, mas que tem havido barreiras pelos trabalhadores, que tomam posições radicais de afrontamento, como se a Moveaveiro se compromovesse de não ter disponibilidade financeira para, à data do pagamento, não efectuar o pagamento.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Ana Neves disse que ficava perplexa que se dissesse que não se podia fazer nada. Questionou o facto de que se há empresas privadas que conseguem executar o mesmo trabalho por um preço inferior como era possível a Moveaveiro não o conseguisse. Acrescentou que tinha consciência que os transportes públicos são uma prestação de serviço deficitária, mas entende que se deviam buscar soluções alternativas de gestão que se não acabasse com o défice pelo menos o minimizasse. Disse, ainda, não ter conhecimento de qual era a estratégia global da Moveaveiro, e que gostava de ser informada.

O Sr. Presidente disse que essa afirmativa de que se o privado consegue nós também conseguimos era válida se pudesse ser concretizada, contornando toda a uma série de constrangimentos que o serviço público tem, e que impedem as tomadas de decisão de maneira célere e adequada às realidades da economia de mercado, em comparação com a iniciativa privada. Disse que tem havido algum esforço de forma a minorar os custos e quanto à concessão, que faria esforços para levar brevemente os estudos à apreciação e análise dos Vereadores em Reunião de Câmara, para buscar soluções que pudessem minimizar, pelo menos, o problema do défice nos transportes públicos.

O Sr. Vereador Dr. João Sousa, disse que, se bem havia entendido, a estratégia definida pelo Executivo para a Moveaveiro passava pela prévia concessão dos transportes públicos, mantendo as restantes áreas de negócios. E numa fase futura, a concessão das restantes áreas de negócio. Lembrou que uma concessão da

Movebus não daria, em princípio, rentabilidade à CMA e que, provavelmente, ainda teria de desembolsar um valor significativo. Questionou sobre como se operaria a concessão, nomeadamente a cedência de equipamentos e instalações, e a integração do pessoal afecto aos transportes públicos de passageiros.

O Sr. Presidente disse que quanto ao transporte escolar não haveria alteração, uma vez que os custos são suportados pelo Estado, mas quanto ao transporte público urbano, tem mesmo de ser concessionado, uma vez que não se pode continuar a suportar um prejuízo mensal da ordem do actual. Sobre o problema do pessoal, a expectativa é a de que, se não forem absorvidos pela empresa concessionada, o que é normal, pois têm pessoal próprio, ou serão indemnizados, numa eventual saída, ou serão desenvolvidos esforços para readaptação em novas funções nos diversos serviços da CMA.

O Sr. Vereador Dr. José Costa agradeceu os esclarecimentos prestados, considerando que os vereadores do Partido Socialista não deixarão de continuar extremamente preocupados com os problemas de mobilidade no Concelho de Aveiro e com a evidente inoperacionalidade da “Moveaveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, EM”.

Efectivamente:

- a) Não existe uma clara e coerente política de mobilidade para o Concelho de Aveiro;
- b) A “Moveaveiro – Empresa Municipal de Mobilidade, EM” necessita de ser gerida segundo uma estratégia pré-definida e integradora das suas diversas áreas de negócio e da tomada de decisões;
- c) As reuniões do Conselho de Administração deveriam dedicar mais tempo à análise dos indicadores de gestão e funcionamento das diversas áreas de negócio da empresa, e não menos que às preocupações com a evolução das receitas da MovePark e promoção do seu incremento;
- d) A decisão tomada, há largos meses, pelo Executivo da Câmara Municipal de Aveiro de concessão da Move-Bus, área de transportes colectivos de passageiros, e ainda não concretizada, não pode nem deve transmitir aos utentes e aos funcionários uma imagem de desinteresse do actual Executivo por um serviço que ao longo dos últimos cinquenta anos tem servido os aveirenses;
- e) A política de expansão sistemática, ao longo dos últimos meses, das áreas de estacionamento de superfície pago, não integradas numa clara política de mobilidade, são mais um exemplo da forma pouco racional como a empresa Moveaveiro está a ser gerida. Evidencia preocupações de aumento de receitas, estratégia muito mais simples do que a de intervir na diminuição das despesas e na resolução das ineficiências de funcionamento associadas;
- f) A preocupação sistemática do alargamento do número de áreas de estacionamento de superfície pagas, são um claro indicio da previsível concessão futura desta área de actividade. Ao criar atractividade para o negócio, prejudicam-se os municípios.
- g) A incapacidade da Moveaveiro de cumprir com um programa de investimentos previamente definido. Assumir um investimento de 600.000 € em bilhética para o ano de 2011, e trocar a opção tomada pela aquisição de autocarros, são evidências de uma gestão pouco criteriosa. Para não falar na decisão de

adquirir um ferry-boat por 500.000 €, que no final do concurso publico teve um custo real de aquisição superior a 700.000!...

Assumimos a importância da existência de uma empresa municipal de mobilidade integradora de todas as diversas valências, sob as directrizes do Executivo Municipal, na certeza de que a sua criteriosa gestão complementada por um subsídio à exploração, devidamente ponderado e em resultado da prestação de um serviço público, é o modelo que melhor serve os interesses de Aveiro e dos aveirenses.

### APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 21:10. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, João Carlos Vaz Portugal, João Carlos Vaz Portugal, Director do Departamento Administrativo e de Pessoal.







